

Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João – CBHLSJ. Ao oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas, iniciou-se a reunião no Auditório da Universidade Veiga de Almeida – Unidade Cabo Frio, localizado na Estrada de Perynas, s/nº, Perynas – Cabo Frio – RJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: **Pauta Original:** 1. **Aprovação das Atas das reuniões anteriores (30/09/2025; 30/10/2025; 13/11/20205; 15/12/2025; 15/01/2026 e 12/02/2026);** 2. **Apresentação sobre a Dragagem da Praia do Siqueira – INEA;** 3. **Aprovação de aporte de recurso no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para complementação da obra de Iguaba Grande;** 4. **Aprovação do Ingresso da Concessionária Águas do Rio no CBHLSJ;** 5. **Apresentação sobre o projeto do Poço Artesiano na comunidade Emiliano Zapata;** 6. **Assuntos Gerais.** **Pauta Executada:** 1. **Aprovação das Atas das reuniões anteriores (15/01/2026 e 12/02/2026);** 2. **Apresentação sobre a Dragagem da Praia do Siqueira – INEA;** 3. **Aprovação de aporte de recurso no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para complementação da obra de Iguaba Grande;** 4. **Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes, conforme lista de presença: **Membros:** Sra. Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho (Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ); Sr. Valdemir Dias da Silva e Sr. Carlos Henrique Teles Tibao (Instituto Estadual do Ambiente - INEA); Sr. Aziel da Silva Vieira (Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios); Sra. Daiana Paula da Silva Cabral (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sr. Jailton Dias Nogueira Junior (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Mário Flávio Moreira e Breno Bento dos Santos (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Sr. Walter Luiz da Silva Ramos (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA); Sr. Felipe Silva Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia - ACIASPA); Sr. Arnaldo Villa Nova e Sra. Ana Paula Rodrigues de Souza (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema - AMEAS); Sr. José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas); Sr. Carlos Alberto Cardoso de Oliveira e Juarez Lopes Marquês (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI); Sra. Carolina Mazieri (Cidadania Buziana); Sra. Dalva Rosa Mansur e Sra. Sandra Barbara de Souza (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS); Sra. Talita de Castro Mallmann (Ordem dos Advogados do Brasil – 48ª Subseção); Irene Alves de Mello e Jorge Carmo de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA); Sr. Roni Ribeiro e Sr. Maximilien Correa dos Santos (Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA); Sr. Joel da Silva Dias (Associação de Pescadores Artesanais de Monte Alto do 1º Distrito – APAMA); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto e Sr. Gilcilei dos Santos Silva (Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama – APASLA); Sr. Reginaldo de Souza Costa (Associação de Pescadores da Praia da Baleia); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sra. Suzana Nascimento Nunes de Souza (Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ); Sr. Rogério Góis Marão (Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos LTDA); Sr. Ricardo Fernando Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN); Sra. Vanessa Dutra Soriano (Lagos Bioenergia S/A); Sra. Roberta Costa Moraes e Aline Silva Araújo (Prolagos S.A); Sr. Vitor Gomes Silva (Tosana Agropecuária LTDA). **Entidade Delegatária:** Sra. Adriana Miguel Saad (Secretária Executiva do CILSJ); Sra. Thaisa Azevedo, Sra. Vanessa Sotto, Sra. Yamara Melo, Sr. Matheus Rodrigues (Analistas e Especialistas do CILSJ); Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa); Sra. Agatha

Caroline Silva dos Santos (Estagiária do CILSJ); Sra. Pérola Vantine e Israel Silva Aragutti (Jovens Aprendizes do CILSJ). **Convidados:** Bruno Perrota (Ordem dos Advogados do Brasil – 48ª Subseção); Don Anderson (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Maria Helena Baeta Neves (MH Análises Ambientais); Edson de Assis Soares (Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ); Anna Rafaela S. K. dos Passos (Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ); Isaque Ivo Bandeira Mendonça (Prefeitura Municipal de Armação de Búzios); Lucas Félix dos Santos (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Alexandre Pessanha: (Instituto Estadual do Ambiente – INEA); Matheus Coelho (SEMAC); José Luiz Castro Mallmann (Observatório Social do Brasil - São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos - OSB-LAGOS); Pablo Jardim dos Santos (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Mauro Ribeiro (Colônia CBZ-4); Adacto Ottoni (UERJ); Giliard U. da Costa (Associação de Pescadores de Camarão da Laguna de Araruama - APCLA). O Sr. Jailton Nogueira Junior iniciou os trabalhos dando as boas-vindas aos presentes, momento em que a Sra. Samara Miranda informou sobre alterações necessárias na pauta executada em relação à original. Dessa forma, foram incluídos o aporte de recursos para a obra de Iguaba Grande e a aprovação do ingresso da concessionária Águas do Rio, enquanto a apresentação do projeto do poço foi retirada da ordem do dia. Contudo, ao serem consultados sobre tais mudanças, dois membros — entre eles a Sra. Talita Mallmann (OAB) — solicitaram a retirada do item de pauta referente à inclusão da concessionária Águas do Rio no Comitê para que a documentação técnica pudesse ser analisada previamente. Diante do exposto, o Sr. Jailton optou por remover o ponto da pauta e providenciar o envio imediato dos documentos por e-mail a todos os representantes. Dando prosseguimento com o primeiro item da pauta **Aprovação das Atas das reuniões anteriores (30/09/2025; 30/10/2025; 13/11/20205; 15/12/2025; 15/01/2026 e 12/02/2026)**, o Presidente do CBHLSJ confirmou se todos haviam recebido as atas das reuniões anteriores eletronicamente e abriu espaço para eventuais objeções. Nesse contexto, a Sra. Samara destacou uma solicitação de retificação feita pelo Sr. Roni Ribeiro (APAGLA). Uma vez realizada a alteração de texto, as atas de 30/09/2025; 30/10/2025; 13/11/20205; 15/12/2025; 15/01/2026 e 12/02/2026 foram aprovadas pela maioria dos presentes. Sequencialmente, a reunião avançou para o segundo item de pauta, **relativo à apresentação da Dragagem da Praia do Siqueira pelo INEA**. Antes, porém, de iniciar a explanação técnica, o Sr. Henrique Tibao (Inea) cumprimentou o plenário e reforçou seu apoio à participação ativa da Águas do Rio no comitê, argumentando que, por ser captadora e usuária da bacia, a empresa deveria atuar de forma nivelada às exigências técnicas aplicadas às demais concessionárias. Ainda sobre este ponto, a Sra. Adriana Saad (CILSJ) reiterou que tal inclusão atendia a uma demanda específica vinda do Subcomitê Saquarema. Por fim, detalhou-se que a obra na Praia do Siqueira, partiu de um Termo de Cooperação Técnica entre o INEA, Prolagos e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, consistindo em um desassoreamento ambiental focado na remoção de 303 mil m³ de lama preta viscosa depositada sob o leito lagunar, diferindo substancialmente da dragagem realizada anteriormente no Canal do Itajuru, que visava a abertura e manutenção de um canal hidráulico para navegação. Além disso, a recuperação ambiental dessa enseada projeta um impacto social significativo, com a estimativa de beneficiar diretamente mais de 700 mil habitantes da Região dos Lagos. No que diz respeito ao licenciamento, informou que a obra está fundamentada no EIA/RIMA original da laguna, tendo cumprido todas as fases legais desde a Licença Prévia. O Sr. Henrique Tibao destacou que, atualmente, o projeto opera sob a Licença de Instalação nº 103283, que se encontra em sua quinta renovação e possui validade estendida até 2031. Destacou ser importante notar que este licenciamento atual foi planejado de forma estratégica para ser

abrangente, já contemplando futuras intervenções em outras áreas críticas, como as enseadas de Mossoró e Camerum, em São Pedro da Aldeia, e trechos em Iguaba Grande e Araruama, o que permitirá dar celeridade às próximas frentes de trabalho sem a necessidade de novos processos do zero. Sobre as etapas da obra, o cronograma, o Sr. Henrique esclareceu que segue um rito rigoroso que inicia com a batimetria e sucção da lama viscosa, seguida pela deposição em um "bota-espera" estrategicamente localizado e devidamente licenciado. No local, o material passa por um processo de desidratação natural por meio do sol e do vento até que, após nova caracterização laboratorial, seria transportado para o destino final licenciado. Por fim, a apresentação abordou a complexidade da hidrodinâmica da laguna, enfatizando que o planejamento da obra não é rígido e considera as variações sazonais. Dessa forma, ele explicou que a movimentação das águas e a dispersão de sedimentos sofrem influência direta das estações do ano e da incidência de ventos, como o Nordeste e o Sudoeste, o que exige um monitoramento constante via drones e análises quinzenais para ajustar a logística operacional conforme o comportamento ambiental momentâneo. Dando prosseguimento aos debates sobre o desassoreamento ambiental da Praia do Siqueira, o Sr. Henrique Tibao detalhou que a área de intervenção é profundamente impactada pelo regime de ventos e marés, o que exige um planejamento operacional flexível. Ele explicou as dinâmicas hidrodinâmicas de preamar, com fluxo da área 2 para a área 3, e de baixamar, ocorrendo o inverso (área 3 para a área 2), o que influencia diretamente o fluxo hídrico no Canal Palmer. Informou que as operações da draga e a estrutura do dique de contenção foram estrategicamente projetadas sobre pontos de apoio estáveis para garantir a segurança do maquinário. Após o processo de decantação e recirculação, o material é transportado para o "bota-espera" para desidratação natural antes do destino final. O Sr. Tibao ressaltou que, além de macroalgas e lodo, a dragagem tem retirado grandes quantidades de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), como plásticos e roupas, oriundos das galerias de águas pluviais. O cronograma total da obra está previsto para 24 meses, e foi enfatizado que o INEA opera atualmente sob um cenário de excepcionalidade administrativa, o que pode impactar o tempo de resposta às demandas, embora a fiscalização e a superintendência sigam disponíveis para esclarecimentos. Na sequência, o Sr. Pablo apresentou-se como pescador e morador da localidade, questionando a eficácia da intervenção a longo prazo e afirmando que a limpeza será inútil se a poluição continuar sendo despejada pelas comportas de tempo seco e sistemas de drenagem municipal. Ele propôs tecnicamente que o maquinário fosse utilizado para retirar o material mecanicamente durante o período seco de recuo da laguna, o que daria agilidade ao processo e evitaria a remobilização de sedimentos no corpo hídrico. O Sr. Pablo reforçou que a obra não pode ser apenas paliativa e cobrou a instalação de caixas de sedimentação nas saídas das comportas para reter resíduos brutos antes que alcancem a laguna. O Professor Adacto Ottoni da UERJ, aprofundando a análise técnica, solicitou que o levantamento batimétrico inicial fosse compartilhado com o comitê para garantir transparência sobre a espessura da camada de lodo. Ele relatou que, em vistoria com o Ministério Público, observou a draga retirando uma proporção significativa de areia em vez de lodo em determinados momentos. Sugeriu, portanto, que o INEA e o Consórcio realizem uma medição rigorosa por caminhão para distinguir o volume de areia (que poderia ser reutilizada em áreas públicas ou retornar à laguna) do volume de lodo destinado ao aterro, registrando que 138 caminhões de material já foram contabilizados. Quanto à origem do assoreamento, o Professor Adacto reiterou que a dragagem ataca apenas a consequência, sendo o esgoto nas galerias pluviais a causa real do problema. Propôs que a concessionária Prolagos colabore na implementação de cinturões sanitários e que o INEA monitore a qualidade da

148 água diretamente nas saídas das galerias. Em resposta, o Sr. Jailton Dias, representando
149 a Prefeitura de Cabo Frio, informou que o município intensificou a limpeza de bueiros e
150 destacou a implementação da Lei do Esgoto, que proíbe o uso de fossas e sumidouros nas
151 margens da laguna. O Sr. Henrique Tibao concordou com a necessidade de soluções
152 conjuntas para os RSU e confirmou que as ecobarreiras estão em fase de aquisição para
153 mitigar impactos imediatos. Ao final, o Sr. Francisco Guimarães da APASLA sugeriu a
154 criação de um Grupo de Trabalho (GT) voltado a buscar soluções integradas para as
155 saídas de macrodrenagem. O Sr. Giliard, pescador e membro da Associação de
156 Pescadores de Camarão manifestou profunda indignação com o estado da laguna.
157 Contestou a afirmação de que os sedimentos não estariam se espalhando, relatando que,
158 após ventos nordeste, a laguna "virou um tapete" de poluição e lama. Afirmou que as
159 redes de pesca ficam sujas imediatamente após a troca e que, em certos pontos no meio
160 da laguna, a lama já "bate no joelho", algo inédito em sua vivência. Questionou a eficácia
161 dos estudos hidrodinâmicos frente à realidade das marés de vazante e enchente que
162 movimentam o lodo. Sr. Arnaldo solicitou que os dados do monitoramento da Dragagem
163 da Praia do Siqueira fossem apresentados na reunião da Câmara Técnica de
164 Monitoramento pelo INEA e Prolagos. O Sr. Reginaldo (Associação de Pescadores da
165 Praia da Baleia) solicitou a palavra e iniciou sua fala, apresentando-se como pescador da
166 Associação de Pescadores da Praia da Baleia e morador no mesmo local. Ele destacou
167 que o sedimento que está na praia do Mossoró é o mesmo que está presente na Praia do
168 Siqueira. O participante relatou possuir cinquenta e sete anos de idade e exercer a
169 atividade de pesca há quarenta e oito anos, tendo iniciado a atividade aos nove anos,
170 destacando amplo conhecimento empírico sobre a Laguna, incluindo áreas com e sem
171 ocorrência de conchas e de cavalo-marinho, bem como de toda a faixa de praia. O Sr.
172 Reginaldo ressaltou que não tinha a intenção de acusar partes específicas, mas enfatizou
173 a necessidade de uma ação coordenada que abrangesse toda a laguna. Utilizou a metáfora
174 de que "se a garganta fechar, o corpo não come", defendendo que as intervenções
175 precisavam ser sistêmicas para garantir que o peixe pudesse circular, engordar e sustentar
176 a comunidade pesqueira. Ele se apresentou como um especialista na pesca de carapeba e
177 expressou profunda preocupação com a preservação da tainha da região, alertando que o
178 avanço do lodo poderia destruir o ecossistema local. O pescador contestou as análises
179 técnicas de que os sedimentos seriam distintos, afirmando categoricamente que o material
180 observado no Mossoró era o mesmo que estava presente na Praia do Siqueira e nas
181 proximidades da Secretaria de Meio Ambiente. Em seu relato, o Sr. Reginaldo destacou
182 fatos observados naquela semana, como a passagem de uma "vala negra" que,
183 impulsionada pela força da maré de enchente, atravessou a laguna e atingiu a Praia da
184 Baleia. Ele detalhou sua experiência prática em locais como o Fundo Grande e as Coroas
185 dos Tucuns e de Massambaba, relatando que, ao pular na água, constatou que o lodo
186 chegava quase à altura do joelho, uma condição que afirmou ser inédita em sua longa
187 trajetória na laguna. O pescador solicitou que os técnicos explicassem as causas reais
188 dessa degradação, comparando o cenário atual ao início da crise ambiental vivida em
189 2009. Ele refutou veementemente o argumento de que a transparência da água fosse um
190 indicador de saúde ambiental, afirmando que "água cristalina não quer dizer que a lagoa
191 está limpa" e observando que, para a produtividade do camarão, a água excessivamente
192 límpida era, na verdade, um fator negativo. Por fim, o Sr. Reginaldo reafirmou seu
193 orgulho e identidade como pescador, relatando que foi por meio da pescaria que sustentou
194 sua família e formou seus filhos. Concluiu sua fala reiterando que não buscava recursos
195 de instituições, mas sim a preservação da laguna que o sustenta, e colocou-se à disposição
196 para trazer amostras de sedimentos para comprovar suas afirmações. O Sr. Henrique

Tibão passou a palavra para o Sr. Valdemir Dias da Silva, Superintendente do INEA, iniciando sua fala acrescentando que, no ano anterior, antes do início de qualquer atividade de dragagem, o órgão já havia percorrido ponto a ponto as áreas de Mossoró e Camerum, em São Pedro da Aldeia, constatando que a problemática do sedimento já existia naquelas localidades. Ele argumentou que seria precoce afirmar que a intervenção na Praia do Siqueira estaria impactando as praias de São Pedro da Aldeia, visto que a obra havia começado há apenas dois meses e, até aquele momento, haviam sido retirados apenas cerca de 132 a 138 caminhões de material. O superintendente ressaltou que possuía fotos e filmagens comprovando que o sedimento em São Pedro da Aldeia era um problema persistente desde o passado, tendo inclusive passado por intervenções anteriores que não impediram o retorno do material. Ele explicou que o cenário foi agravado pelas fortes chuvas ocorridas entre fevereiro e março do ano presente, que carrearam sedimentos de diversos corpos hídricos diretamente para o interior da laguna. O Sr. Valdemir destacou que a obra na Praia do Siqueira era aguardada há cerca de 20 anos, mas que gestões passadas evitavam realizá-la devido ao receio dos questionamentos técnicos e sociais que agora surgiam. Ele enfatizou que o INEA não estava se esquivando do debate e que o trabalho estava sendo construído para ser executado da melhor maneira possível, mencionando a aprovação de boias de contenção (ecobarreiras) para mitigar o espalhamento de sedimentos e reduzir o impacto ambiental a níveis mínimos. Por fim, o Sr. Valdemir afirmou que, embora toda obra gere algum impacto no corpo d'água, o foco da superintendência permanecia em mitigar esses danos e entregar uma recuperação ambiental que proporcionasse uma qualidade de água e vida superior para a enseada da Praia do Siqueira. O Sr. Reginaldo retomou a palavra para responder ao Superintendente Valdemir, enfatizando que sua função não era apresentar soluções técnicas, mas exigí-las das autoridades responsáveis. Ele reafirmou possuir um conhecimento prático e profundo de toda a extensão da laguna, alegando ser capaz de navegá-la integralmente durante a madrugada sem o auxílio de GPS. Argumentou que o lodo acumulado no meio da laguna e em áreas como o Mossoró não decorria exclusivamente da obra na Praia do Siqueira, mas sim da dinâmica sistêmica das correntes, que transportavam sedimentos e poluição para diferentes pontos. Explicou que qualquer intervenção que remobilizasse material acabaria impactando o corpo hídrico como um todo devido ao fluxo das marés e ventos. Para ilustrar essa mobilidade, relatou que uma "vala negra" atravessara a laguna impulsionada pela força da maré de enchente, chegando até a Praia da Baleia. Destacou que em locais como o Fundo Grande e as Coroas, onde antes havia areia, o sedimento agora chegava à altura do joelho, provocando o desaparecimento dos peixes e prejudicando o sustento dos pescadores. Por fim, declarou que se sentiria tranquilo apenas com soluções concretas nas saídas de drenagem e discordou da justificativa técnica de que os sedimentos de Mossoró e Siqueira fossem de naturezas distintas. O Sr. Carlos Alberto Cardoso de Oliveira (ANOLAVI) iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes, destacando nominalmente o Sr. Tibao e o Presidente do Comitê, Sr. Jailton. Ele afirmou que era inegável o esforço que as autoridades estavam realizando ao "botar a cara" pela comunidade, especialmente pela Praia do Siqueira, e louvou a coragem da gestão, ressaltando que ninguém havia tido essa iniciativa anteriormente. Deu méritos também ao Prefeito de Cabo Frio por ter buscado, por meio de sua influência junto ao governo estadual, a realização da obra. Ao dirigir-se diretamente ao Sr. Tibao, Carlos Alberto pontuou que, em sua visão, um dos grandes equívocos na execução inicial da obra foi o fruto da polêmica gerada por embates de posicionamentos. Considerou inadmissível que os trabalhos tivessem começado sem as ecobarreiras, lembrando que, em reunião anterior realizada no Mercado do Peixe (PIR), havia sido prometido que as

barreiras de contenção estariam prontas de imediato. Observou que, após três ou quatro meses de obra, somente na semana anterior à plenária é que se conseguiu debater e conquistar essa condição. Argumentou que o atual embate entre a ciência e a prática dos pescadores experientes poderia ter sido sanado caso as boias estivessem instaladas desde o princípio, evitando o confronto de ideias. O segundo ponto levantado por ele referiu-se à retirada de terreno arenoso. Citando informações que atribuíram ao Sr. Ricardo Martins, o Sr. Roni Ribeiro relatou que cerca de 200 caminhões de material arenoso teriam saído do local. Questionou se havia uma estimativa para a continuidade da retirada desse tipo de material ou se tal fase já teria terminado, mencionando a existência de polêmicas entre pescadores sobre profundidades que chegariam a 2 ou 3 metros. O Sr. Carlos Alberto esclareceu que, embora não fosse pescador, era morador do bairro e possuía profundo interesse no êxito da intervenção, uma vez que ela beneficiava a todos: desde os quiosqueiros que geravam empregos na orla e os moradores que sofriam com a situação, até, principalmente, os pescadores. Finalizou sua fala perguntando objetivamente se a retirada de areia continuaria além do que já havia sido removido. Em resposta ao Sr. Carlos Alberto, o Sr. Tibao esclareceu que o INEA não possuía nenhum interesse em retirar areia da laguna, argumentando que tal prática geraria custos desnecessários com combustível e horas de operação da draga, sem resolver o problema central, que era a permanência da lama. Ele explicou que, durante o processo de sucção, o equipamento atingia diferentes camadas do leito, que incluíam lodo, lama e uma camada de areia, resultando na presença inevitável de material arenoso no canteiro quando o desagregador entrava em atividade. O Sr. Tibao afirmou categoricamente que o material que estava sendo retirado era escuro, espesso e viscoso, e que qualquer pessoa que passasse pela rua poderia observar a coloração do que era bombeado para o canteiro. Ele admitiu que, na fase inicial dos trabalhos, houve de fato a retirada de uma quantidade de areia, mas justificou que isso foi uma ação operacional necessária para permitir a flutuação da draga e a construção do dique de contenção, procedimentos inerentes à engenharia da obra. Por fim, o Sr. Hernique Tibao reforçou que o controle seria mantido por meio de caminhões numerados para garantir a transparência do volume transportado. Enfatizou que a comparação entre a batimetria inicial e a final serviria como prova técnica de que o material dimensionado e removido foi a lama da enseada, tornando sem sentido qualquer alegação de que o INEA estaria priorizando a retirada de areia. O Sr. Felipe Serpa da ACIASPA iniciou sua fala agradecendo pela apresentação e pelos esclarecimentos prestados, informando que possuía quatro pontos breves a serem discutidos. No primeiro tópico, questionou a localização do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), observando que, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, o documento deveria estar disponível no portal do INEA, mas relatou não ter conseguido localizá-lo. Indagou se o relatório fora apresentado em audiência pública e solicitou orientações sobre como acessá-lo para que o comitê pudesse compreender as ações de mitigação previstas e os impactos potenciais da obra. Em relação ao segundo ponto, o conselheiro buscou esclarecimentos sobre a licença ambiental, perguntando se o documento era o mesmo para toda a laguna e se as licenças sofriam modificações conforme a técnica utilizada, citando que em intervenções anteriores, como no Mossoró, não se utilizou draga. Como terceiro assunto, o Sr. Felipe Serpa inquireu sobre quem seria o contratante da empresa responsável pela dragagem e se havia um fiscal de contrato acompanhando a execução dos serviços com frequência, visando garantir que o contrato fosse cumprido conforme o planejado. Por fim, abordou os encaminhamentos técnicos sugeridos pelo Professor Adacto Ottoni, questionando se as propostas haviam sido integralmente acatadas ou se seriam repensadas, demonstrando preocupação para que não restassem dúvidas sobre o interesse ou a deliberação do grupo

em seguir com tais recomendações. Em resposta aos questionamentos do Sr. Felipe Serpa, o Sr. Henrique Tibao prestou esclarecimentos detalhados sobre a estrutura jurídica e técnica da obra, conforme relatado a seguir: Sobre o licenciamento, ele explicou que a Licença de Instalação (nº 103283) é abrangente e foi renovada para tratar a Laguna de Araruama como um único corpo hídrico. Informou que, após a conclusão das obras no Canal do Itajuru, a licença passou a prever tanto dragagens de manutenção (canais hidráulicos) quanto desassoreamento ambiental em diversos setores, abrangendo áreas em São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Araruama. O Sr. Tibao ressaltou que todas as técnicas de intervenção já foram analisadas e estão licenciadas dentro desse processo unificado, o que permite celeridade sem a necessidade de novos processos para cada localidade. Quanto à contratação da empresa, o superintendente esclareceu que, diferentemente de obras licitadas, a intervenção na Praia do Siqueira ocorre sob um termo de cooperação técnica. Ele afirmou categoricamente que a concessionária Prolagos é a responsável pela contratação e pelo pagamento da empresa executora, destacando que o INEA não está realizando aportes financeiros diretos nesta fase. Em relação à fiscalização, O Sr. Tibao detalhou que a responsabilidade de acompanhar a execução e atestar as medições cabe ao município, que mantém um fiscal de contrato para garantir que os serviços sigam o cronograma e os padrões previstos. A concessionária atua com o aporte, e o município valida as etapas para a realização dos pagamentos. Por fim, abordando a disponibilidade do EIA/RIMA, o superintendente relatou que os estudos originais sempre consideraram o sistema lagunar em sua totalidade e que todas as fases legais de licenciamento foram cumpridas. Informou que o relatório é um documento volumoso disponível para consulta na biblioteca do INEA e que todo o processo de licenciamento é público e acessível via sistema eletrônico (SEI). O Sr. Felipe Serpa questionou se o EIA/RIMA era específico para a intervenção na Praia do Siqueira. Em resposta, o Sr. Tibao explicou que não era necessário um novo estudo de impacto para essa obra ou para as renovações de licença, que já vinham sendo realizadas desde o início do processo. O Sr. Tibao ressaltou que não cabia "voltar atrás", uma vez que as fases de licenciamento — da Licença Prévia (LP) até a Licença de Instalação (LI) — haviam sido devidamente cumpridas, sendo as dragagens atuais uma consequência direta e a continuidade do processo já estabelecido. Prosseguindo com o diálogo, o Sr. Felipe Serpa buscou informações sobre o fiscal de contrato na parte financeira. O Sr. Tibao esclareceu que, embora todo contrato possuísse um responsável por atestar a execução, nesse caso específico de cooperação técnica, caberia à concessionária Prolagos informar sobre a presença de um fiscal acompanhando a execução do serviço de maneira regular no canteiro de obras. Ele reforçou que, conforme o termo de cooperação, o município de Cabo Frio acompanhava as medições, mas que o aporte e a contratação direta eram de responsabilidade da concessionária. Neste momento a Sra. Roberta Costa Moraes, representante da Prolagos, esclareceu que a participação da concessionária na obra ocorria por meio do aporte financeiro, sendo a destinação dos recursos voltada especificamente para o pagamento dos serviços. Ela ressaltou que o acompanhamento direto e a fiscalização de campo eram realizados pelo município, que mantinha um representante fixo no local para atestar as medições, as quais eram posteriormente enviadas à concessionária para a liquidação dos valores. O Sr. Felipe Serpa, então, perguntou ao Sr. Jailton se ele saberia quem é o Fiscal do Contrato, sendo respondido que não sabia. Em seguida, o Sr. Felipe Serpa manifestou a importância de o comitê identificar nominalmente os responsáveis por essa fiscalização. Ele justificou sua preocupação relatando que, em intervenções anteriores em São Pedro da Aldeia, a ausência de uma fiscalização direta na prestação do serviço resultou em diversos problemas operacionais.

O Sr. Felipe, então, perguntou ao Sr. Jailton se os encaminhamentos do Sr. Adacto seriam integralmente acatados ou se ainda seriam avaliados. O Sr. Jailton Dias pontuou que todas as propostas haviam sido devidamente anotadas e que o termo "acatados" envolvia uma certa subjetividade, pois os encaminhamentos deveriam passar por uma avaliação conjunta entre o comitê, as prefeituras e os demais parceiros. Ele explicou que essa análise levaria em conta critérios como a viabilidade financeira, a metodologia e a temporalidade das ações sugeridas. O diálogo prosseguiu com o Sr. Felipe Serpa reiterando que sua insistência visava evitar a sensação de que as propostas ficariam sem uma definição clara após a plenária. Por fim, foi-lhe esclarecido que, embora os itens não estivessem sendo objeto de uma deliberação formal imediata naquela sessão, eles seriam levados aos entes responsáveis (INEA, Prefeitura e Prolagos) para a definição das atribuições de cada um. Utilizou-se a analogia de que uma sugestão técnica, como a mudança da cor de um projeto, precisava ser avaliada em termos de viabilidade antes de ser implementada, assegurando que todos os pontos seriam concluídos e relatados em um relatório de brevidade na ata. Em seguida, o Sr. Jailton Dias, como Presidente do Comitê, dirigiu-se ao Sr. Reginaldo, expressando profunda admiração pela forma como o pescador expôs suas preocupações. Ele relatou sua longa trajetória em reuniões colegiadas, desde os 21 anos, e afirmou que raras vezes presenciou uma manifestação tão "bem colocada" e "senhora de si", pautada pelo respeito e pela educação, focada estritamente na busca de soluções em vez de ataques a nomes ou instituições. O presidente defendeu a necessidade de se "virar a chave" na gestão da laguna, sustentando que nenhum ator — seja cientista, pescador ou representante de instituição pública ou privada — deve ser considerado superior aos demais. Ele também alertou que, enquanto essa igualdade não fosse compreendida, haveria o risco de omissões e falhas institucionais, ressaltando que todos estavam "no mesmo barco". Utilizou uma analogia sobre o respeito às diferentes especialidades profissionais para argumentar que a ciência deve caminhar de mãos dadas com o conhecimento prático dos pescadores. Citou exemplos de como teses científicas evoluem com a tecnologia e a observação, defendendo que a união entre a prática e a técnica era fundamental para que a reunião avançasse para resoluções concretas, sem dar espaço para "surfistas" que buscam apenas o tumulto político. Reconheceu, com base em estudos de professores eméritos, que a enseada do Siqueira sofre historicamente e que a laguna como um todo é impactada pelo lançamento de esgoto de cinco ou seis municípios. O Sr. Jailton classificou a atual intervenção como algo embrionário e corajoso, fruto de um esforço coletivo inédito. Por fim, propôs realizar uma vistoria técnica conjunta com o Sr. Reginaldo para coletar amostras e avaliar o cenário *in loco*. Afirmou que instrumentos como o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) devem ser compreendidos como documentos "orgânicos", passíveis de serem movimentados, melhorados e adequados à situação real e momentânea, visto que o meio ambiente muda diariamente. Encerrou agradecendo o posicionamento e o respeito demonstrados pelo pescador, valorizando o conhecimento transmitido ao plenário. O Sr. Valdemir (Superintendente do INEA) fez um registro final enfatizando que o órgão não estava "nadando em dinheiro" para a realização das intervenções na Praia do Siqueira. Esclareceu que havia um valor específico, proveniente de um acordo firmado com o Ministério Público na época em que a Prolagos assumiu a concessão, e que o INEA estava "enxugando" esse montante ao máximo para garantir a maior abrangência possível dos trabalhos. Informou que o órgão, em parceria com a prefeitura, buscava aportar caminhões e dragas auxiliares para que o recurso destinado pelo Ministério Público fosse preservado exclusivamente para o local da draga principal. Nesse sentido, o superintendente fez um alerta de que cada nova demanda ou ideia que surgia reduzia o alcance final da obra; exemplificou que uma

intervenção planejada para quilômetros de extensão poderia ser reduzida a apenas duzentos ou trezentos metros devido à necessidade de racionalizar os recursos limitados. Quanto à transparência e ao acesso à gestão, o Sr. Valdemir afirmou que permanecia disponível na superintendência de segunda a sexta-feira, em horário integral, e que seu contato era de fácil acesso por intermédio do comitê, ressaltando que não havia intenção de se "esconder" qualquer informação. Defendeu a responsabilidade do corpo técnico, destacando sua própria trajetória de 23 anos como servidor e a experiência de outros colegas com 18 anos de casa. O superintendente rebateu duramente críticas sobre a seriedade do licenciamento, negando que as autorizações fossem concedidas de forma arbitrária ou "na canetada". Assegurou que o INEA cumpriu todo o rito processual e as resoluções do CONAMA, em um processo que já tramitava há anos e que buscava ouvir todas as partes, inclusive os pescadores. Por fim, comparou a atual obra com a dragagem do Canal do Itajuru, explicando que aquela contou com aportes vultosos do FECAM, enquanto o projeto atual operava com um orçamento "bem curto". Esclareceu que os equipamentos excedentes que auxiliavam na retirada de material e no transporte via caminhões estavam sendo custeados fora do valor específico que a Prolagos havia reservado para a operação da draga. Sr. Mário Flávio (representante da Prefeitura de São Pedro da Aldeia) manifestou sua preocupação regional quanto à obra de desassoreamento, lembrando que já havia levantado a questão da contenção anteriormente, durante a audiência realizada na base do Siqueira. Ele ressaltou que a suspensão de sedimentos é um risco inerente a qualquer dragagem e que, independentemente de as correntes hidrodinâmicas apontarem para um sentido ou outro, a instalação de barreiras de contenção era uma condição que precisava avançar urgentemente. Durante sua fala, o conselheiro questionou o status das ecobarreiras, lembrando que a medida já havia sido aprovada pelo comitê, e defendeu que a instalação ocorresse o quanto antes. Argumentou que, mesmo que isso pudesse atrasar um pouco o início da dragagem, a segurança ambiental proporcionaria maior tranquilidade a todos os envolvidos, especialmente após tantos anos de espera pela obra. O Sr. Mário Flávio descreveu o material depositado no fundo da laguna ao longo dos últimos 50 anos como uma "bomba de nitrogênio e fósforo". Explicou que esse esgoto acumulado aflora com a elevação das temperaturas e que cada chuva despeja toneladas de novos detritos no sistema, potencializando o problema ambiental. Por fim, ele reforçou que o foco das discussões deveria ser a efetivação da contenção e parabenizou os presentes pelo empenho em buscar uma solução definitiva para a preservação da laguna. Sr. Tibao lembrou que, antes da finalização do projeto executivo da obra, fora realizada uma audiência pública na Casa do Pescador para ouvir a comunidade local e os pescadores. Ele explicou que a equipe técnica analisou criteriosamente a hidrodinâmica e a movimentação das águas, utilizando esses dados científicos como base fundamental para as tomadas de decisão do projeto. Ressaltou que as preocupações manifestadas na audiência, incluindo o pedido do Sr. Mário Flávio para avaliar o cenário, foram devidamente integradas ao projeto final. O Sr. Tibao destacou que, embora as ecobarreiras fossem necessárias e estivessem em processo de aquisição, os cuidados técnicos solicitados pela população já haviam sido incorporados desde o fechamento do projeto executivo. Ele estabeleceu um paralelo com a obra do Canal do Itajuru, reforçando que o INEA manteve o rito de realizar consultas públicas no meio do processo para garantir o melhor padrão técnico e o cumprimento das normas. O Sr. Valdemir afirmou que o órgão estava empenhado em aplicar o melhor "know-how" disponível para a execução da intervenção. Em sua fala, o superintendente trouxe uma perspectiva histórica, citando reportagens da década de 80 (FEEMA) e de 1992 (Firmino) que já documentavam os mesmos problemas ambientais na Praia do Siqueira. Ele

442 enfatizou que, em 2026, a gestão estava encarando de frente um passivo ambiental de 30
443 a 40 anos. Por fim, concluiu afirmando que, apesar de ser um "desafio absurdo", o
444 compromisso do INEA era entregar à população uma Praia do Siqueira em condições
445 significativamente melhores do que as encontradas no início dos trabalhos. Sr. Jailton
446 Dias observou que a hora já estava bastante avançada e solicitou objetividade para o
447 prosseguimento da reunião. Ele propôs que, caso não houvesse novos questionamentos
448 sobre temas ainda não debatidos, a palavra seria encerrada para quem já havia perguntado,
449 visando otimizar o tempo. O presidente do Comitê ressaltou que ainda existiam outras
450 pautas a serem tratadas e sugeriu que quaisquer encaminhamentos remanescentes fossem
451 feitos pessoalmente ao final da sessão, diretamente com a equipe do INEA. Por fim, ele
452 identificou que restavam apenas duas pessoas inscritas que ainda não haviam falado: a
453 Sra. Talita e o Sr. Roni. A Sra. Thalita Mallmamm, representante da OAB, solicitou a
454 palavra, parabenizou a apresentação realizada e solicitou o encaminhamento do material
455 apresentado aos membros do Comitê. Informou ainda que se sentiu contemplada pelas
456 discussões, especialmente em relação aos pontos anteriormente debatidos em reunião do
457 subcomitê da Laguna de Araruama. Na oportunidade, solicitou também o acesso aos
458 dados de batimetria, monitoramento da qualidade da água e análise de sedimentos, bem
459 como a criação de um canal institucional de comunicação específico sobre a obra da Praia
460 do Siqueira. O Sr. Henrique Tibao respondeu que as informações solicitadas já constam
461 no processo administrativo, estando disponíveis para consulta, e que serão encaminhadas
462 após manifestação da Diretoria competente. Na sequência, a Sra. Thalita solicitou o
463 acesso ao instrumento de convênio da obra, destacando a importância do documento para
464 compreensão das responsabilidades civis entre os entes envolvidos. Em seguida o Sr.
465 Roni Ribeiro iniciou sua manifestação parabenizando o Sr. Jailton por sua fala e destacou
466 que sua intenção, ao se manifestar nos grupos de discussão, era sempre de ajudar e
467 contribuir por meio da experiência e vivência de pescador herdada de seus antepassados.
468 Ele ressaltou que, embora respeitasse o conhecimento acadêmico, acreditava que faltava
469 aos técnicos um estudo mais aprofundado sobre a hidrodinâmica local de São Pedro da
470 Aldeia, especificamente no que dizia respeito aos fluxos reais de corrente e maré. Roni
471 expressou uma dúvida central sobre a influência da dragagem da Praia do Siqueira na
472 região do Camerum: ele questionou a afirmação técnica de que a corrente de norte para
473 sul impediria o impacto nas praias de São Pedro da Aldeia, apontando o que considerava
474 uma contradição, pois, quando ocorriam lançamentos de efluentes, admitia-se haver
475 correlação entre as áreas, mas o mesmo raciocínio não era aplicado aos sedimentos da
476 dragagem. Quanto à profundidade da obra, o Sr. Roni questionou a medida de 1,5 metros
477 definida pelo projeto. Ele relatou que pescadores observavam profundidades de 2 a 3
478 metros em certos locais, enquanto a zona de beira de praia historicamente nunca tivera a
479 profundidade de 1,5 metros mencionada pelos técnicos. Diante disso, ele indagou se
480 haveria a reposição de areia para recompor a área ou se o leito permaneceria apenas
481 nivelado na cota prevista. O pescador também manifestou descontentamento com a
482 postura da concessionária Prolagos, afirmando ser inadequado que a empresa
483 permanecesse em silêncio nos grupos de debate, permitindo que terceiros sem vínculo
484 com a concessão falassem em seu nome. Por fim, o Sr. Roni enfatizou que a pesca estava
485 extremamente difícil e que a atual situação ambiental causava sofrimento à categoria,
486 defendendo que as vaidades fossem deixadas de lado em prol de uma solução definitiva
487 para a laguna. O Sr. Tibao declarou-se otimista com o processo de recuperação da laguna,
488 mas ressaltou que não era segredo para ninguém a existência de uma grande quantidade
489 de material decantado e nutrientes estocados no leito da Lagoa de Araruama. Ele explicou
490 que, mesmo em um cenário ideal onde o lançamento de esgoto fosse totalmente

interrompido hoje, a laguna ainda apresentaria reflexos negativos por um longo período devido ao tempo de depuração necessário para processar o que foi acumulado ao longo de décadas. Ele alertou que a floração de algas ainda seria um fenômeno visível durante esse processo, sendo um problema real que as instituições e a comunidade precisavam encarar. Na sequência, o Sr. Jailton agradeceu a participação de todos na discussão e reforçou um ponto crucial: a laguna permanecia sendo a principal área de drenagem dos municípios. Ele citou o exemplo de uma chuva intensa de 90 minutos ocorrida recentemente para ilustrar como a pavimentação e a impermeabilização urbana levavam tudo diretamente para o corpo hídrico, mencionando casos em que a água invadiu calçadas em áreas como o Portinho em Cabo Frio. O presidente do Comitê concluiu enfatizando que a drenagem pluvial urbana era um fator de poluição gravíssimo, pois estudos indicavam que o material carregado pelas galerias das cidades podia ser muito mais tóxico e carregado de matéria orgânica do que o esgoto doméstico convencional, o que exigia uma vigilância constante sobre as ações realizadas na zona urbana. O terceiro item da pauta **Aprovação de aporte de recurso no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para complementação da obra de Iguaba Grande**, referente à aprovação de aporte de recursos para complementação da obra de saneamento em Iguaba Grande, foi apresentado pela Sra. Adriana Saad do CILSJ, após concessão de palavra pelo Presidente do Comitê. Em sua exposição, a Sra. Adriana informou que os membros já tinham conhecimento das intervenções realizadas no município, destacando que, no ano de 2024, foi executada a primeira fase da obra, consistente na implantação de rede separativa no bairro Cidade Nova, já concluída. Acrescentou que a segunda fase, referente à linha de recalque com elevatória interligada ao ponto de conexão com a rede da concessionária para envio à estação de tratamento, também já havia sido realizada. Informou que a etapa atual corresponde à implantação da elevatória, com o objetivo de interligar os sistemas. Nesse contexto, relatou que a concessionária solicitou a inclusão de aproximadamente oitenta metros adicionais de linha de recalque para otimização do sistema, o que gerou a necessidade de ajuste na planilha orçamentária. Esclareceu que, apesar da existência de saldo de recursos, houve um acréscimo de custos que resultou em déficit de R\$ 6.000,00 para fechamento da planilha. Destacou ainda que a obra encontra-se em execução e que, para evitar sua paralisação, foi solicitada autorização da diretoria para submissão direta da demanda à plenária. Colocada a matéria em discussão pelo Presidente do Comitê, e não havendo manifestações contrárias, o aporte foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi aberto o quarto item da pauta, referente a **Assuntos Gerais**, onde o Sr. Francisco Guimarães iniciou informando que, em reunião anterior, foi tratado com o então ex-secretário de Estado o compromisso de dar continuidade às ações relacionadas ao Canal do Itajuru em Cabo Frio, propondo a criação de um grupo de trabalho para realização de visitas técnicas in loco nos pontos assoreados. Esclareceu que a iniciativa tem como objetivo subsidiar, com base em levantamentos de campo e estudos hidrodinâmicos, a definição de intervenções contínuas de dragagem, consideradas necessárias diante do avanço do assoreamento. O Sr. Felipe Serpa solicitou esclarecimentos quanto à retirada de macroalgas nas regiões do Camerum e Mossoró, questionando se havia entraves operacionais ou financeiros para o início das ações, mencionando que parte dos recursos do Comitê já teria sido autorizada, bem como a participação financeira da Prefeitura de São Pedro da Aldeia e da concessionária Prolagos. Em resposta, a Sra. Adriana Saad, Secretária Executiva do CILSJ, informou que o Comitê já aprovou o aporte de R\$ 200.000,00 destinado ao transporte do material, e que está em andamento a formalização de termo de cooperação técnica. Relatou que a concessionária apresentou proposta recentemente, a qual foi analisada e encaminhada ao setor jurídico

do Consórcio, sendo posteriormente devolvida à concessionária para nova avaliação. Esclareceu que, de forma geral, a proposta prevê a contratação, pela concessionária, de equipamento de dragagem similar ao utilizado na Praia do Siqueira, com aporte de aproximadamente R\$ 400.000,00 por parte da concessionária, enquanto o Comitê contribuiria com os custos de transporte e a Prefeitura de São Pedro da Aldeia ficaria responsável pelas licenças ambientais e pela definição do local de destinação final. Informou ainda que o documento encontra-se em análise pelo jurídico da concessionária e que, paralelamente, estão sendo concluídos estudos de sedimento, tendo sido sinalizado que a execução das atividades dependerá da finalização desses estudos. O Sr. Roni Ribeiro apresentou proposta para utilização de telas de contenção capazes de reter até 90% dos sedimentos, incluindo resíduos oleosos, sugerindo sua aplicação tanto na intervenção da Praia do Siqueira quanto nas áreas do Camerum. Destacou que o custo da medida seria relativamente baixo e que sua adoção contribuiria para maior segurança ambiental, informando que já havia compartilhado contato técnico para aprofundamento da análise. Em resposta, o Sr. Jailton Dias considerou a proposta pertinente e informou que a mesma será encaminhada à Câmara Técnica de Pesca para avaliação e eventual definição quanto à destinação de recursos. O Sr. Francisco Guimarães complementou que o tema será devidamente pautado no âmbito da referida Câmara Técnica. Na sequência, a Sra. Talita Mallmann solicitou deliberação acerca de proposta apresentada previamente via chat, a qual contemplava, entre outros pontos, a definição clara das responsabilidades entre os entes envolvidos, especialmente quanto à transferência de custódia do lodo; a atribuição de responsabilidade ambiental integral à concessionária e demais envolvidos em todas as fases da operação; a definição de responsabilidade quanto ao preparo do material dragado, incluindo desaguamento e pré-tratamento; e a garantia de conformidade legal e ambiental do local de disposição final, sob responsabilidade da Prefeitura de São Pedro da Aldeia e do INEA. Submetida à votação, a proposta foi aprovada pela maioria dos membros presentes. O Sr. Thiago Ferreira, representante da Prefeitura Municipal de Silva Jardim, solicitou apoio do Comitê para revisão dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, informando que o plano vigente no município encontra-se próximo do vencimento. A demanda foi registrada para encaminhamento à Câmara Técnica competente. Por fim, o Sr. Jailton propôs que, nas próximas reuniões plenárias, a apresentação inicial de cada item de pauta seja realizada pelo representante do subcomitê de origem, com o objetivo de proporcionar maior clareza prévia sobre os aspectos técnicos envolvidos. A proposta foi acolhida pelos presentes. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, o Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Deste modo, eu, Agatha Caroline Silva dos Santos, lavro a presente Ata, revisada pela Yamara Figueiredo Melo, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 16 de setembro de 2026.



JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR
Presidente do CBH Lagos São João

Assinado digitalmente via ZapSign por
Jailton Dias Nogueira Junior
Data 16/09/2026 16:38:50.061 (UTC-0300)

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 16 Setembro 2026, 16:38:50

Status: Assinado

Documento: Ata Da Reunião De Plenária 08-04-26.Pdf

Número: 233bdbd7-f8ff-4be4-a6c4-e8f14f353a05

Data da criação: 16 Setembro 2026, 12:10:17

Hash do documento original (SHA256): f65628e4e9bf292675e9813fa8dd6fe01e9e890b4c64746bf4062df83fa98184



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora

JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR

Data e hora da assinatura: 16/09/2026 16:38:50

Token: 05358929-4521-4bb2-8dff-b95c994b26fe

Assinatura

Jailton Dias Nogueira Junior

Pontos de autenticação:

Telefone: 5522988351511

E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br

IP: 186.232.160.34

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/30.0 Chrome/143.0.0.0 Mobile Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 233bdbd7-f8ff-4be4-a6c4-e8f14f353a05, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br